



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

Em 2012, o Director dos Serviços de Saúde de Macau (SSM) afirmou, expressamente, que o Governo se estava a esforçar para criar o Sistema de Registo de Saúde Electrónico, a preparar os trabalhos de coordenação e os respectivos estudos, e a aprender com as experiências das regiões vizinhas, com vista a promover um sistema de registo de saúde electrónico universal, a ser implementado por fases e com base num planeamento geral, e adiantou que, com o Sistema de Registo de Saúde Electrónico, os três hospitais iam poder gerir em conjunto os processos. Segundo o referido Director, o Sistema será implementado no final de 2016, podendo então servir de apoio tanto aos médicos como aos utentes nas consultas.

No segundo semestre de 2013, o Governo realizou o concurso público para o “Sistema de Registo de Saúde Electrónico”, e em Março de 2015, os SSM concluíram a adjudicação no valor de 38 milhões de patacas. Em Julho de 2015, o Governo assinou o respectivo contrato, no entanto, ainda nada foi feito, e restam apenas três meses para se chegar ao final do ano. Segundo a empresa em causa, devido a um problema interno que a impossibilitou de avançar com o trabalho, a mesma apresentou por escrito a respectiva justificação junto dos SSM e solicitou-lhes a substituição dos seus parceiros.

Pelo exposto, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto da situação do Sistema de Registo de Saúde Electrónico? Já há uma data para a sua implementação? Porque é que, ao fim de tanta demora, o referido sistema ainda não pode ser implementado, acabando assim com a esperança dos cidadãos de Macau?
2. Quando uma empresa, depois de assinado o respectivo contrato de adjudicação, não consegue concluir o seu trabalho, qual é a punição a que está sujeita? Não será necessário rever as respectivas penas, com vista a reduzir os riscos de incumprimento e proteger os direitos e interesses dos cidadãos de Macau?
3. Quando é que vão ser pedidas responsabilidades à empresa em causa? Já foi definida uma data para isso?

14 de Setembro de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Veng Chai